



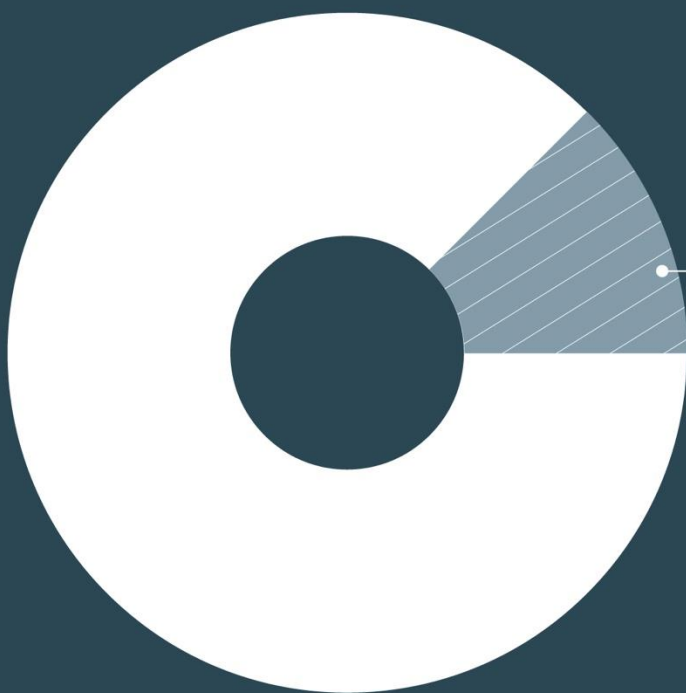
Relatório Anual
de Informações

2019

CartaPrev[®]



Aproveite **12%** do Benefício Fiscal e ganhe de três maneiras diferentes.



12%

Primeiro,

porque esse dinheiro é inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

segundo,

porque com uma base de cálculo menor, você tem menos imposto a pagar.

e terceiro,

porque o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.

Para conhecer melhor esse benefício, ligue:

4002 0606 Capitais e regiões metropolitanas

0800 284 0606 Demais localidades

Relatório do Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev





Índice

- 5 MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
- 6 ADMINISTRAÇÃO DO CARTAPREV
- 7 PANORAMA ECONÔMICO DE 2019

Resultados do Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev em 2019

- 19 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
- 31 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 33 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 34 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
- 35 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO
- 36 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 37 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 40 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- 41 GLOSSÁRIO

Mensagem da Diretoria

A Diretoria Executiva do Plano de Previdência dos Cartórios - CartaPrev, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) suas atividades durante o ano de 2019, na versão COMPLETA.

A Entidade encerrou o exercício de 2019 com patrimônio de R\$ 33.405.869,17 e com 699 participantes ativos, **consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no participante.**

Com base nas informações do Plano, apresentamos abaixo as estatísticas referentes aos Participantes Ativos nos exercícios 2017, 2018 e 2019.

Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2017	2018	2019
Nº de Participantes*	761	740	699
Idade média (anos)	48,67	48,70	49,36
Tempo médio de filiação ao Plano (anos)	6,83	7,09	8,09
Contribuição média	R\$ 558,07	R\$ 709,29	748,26
Saldo individual médio	R\$ 32.458,90	R\$ 34.945,28	42.786,14

(*) Valores não contemplam participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Assistidos e Pensionistas

O Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev possui atualmente 04 (quatro) participantes assistidos e 03 (três) pensionistas.

O RAI tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade e ao seu Plano de Benefícios. Com o envio do documento, o CartaPrev mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

Administração do CartaPrev

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: Luiz Carlos Weizenmann

Diretor Financeiro: Eduardo Calais

Diretora de Benefícios: Daisy Ehrhart

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Paulo Roberto Gaiger Ferreira

Conselheira Suplente: Emanuelle Fontes O. Perrota

Vice-Presidente: Walquiria Mara Graciano M. Rabelo

Conselheiro Titular: Joao Figueiredo Ferreira

Conselheiro Titular: José Flávio Bueno Fischer

Conselheiro Suplente: Carlos Casses Presser

Conselheiro Titular: Rogério Portugal Barcellar

Conselheiro Suplente: Willian Sanches Campagnone

Conselheiro Titular: Fábio Lourenço de Lima

CONSELHO FISCAL

Presidente: Danilo Alceu Kunzler

Vice-Presidente: Otavio Guilherme Margarida

Conselheiro Titular: Ivanildo de Figueiredo A. de Oliveira Filho

Conselheiro Suplente: Mateus Brandão Machado

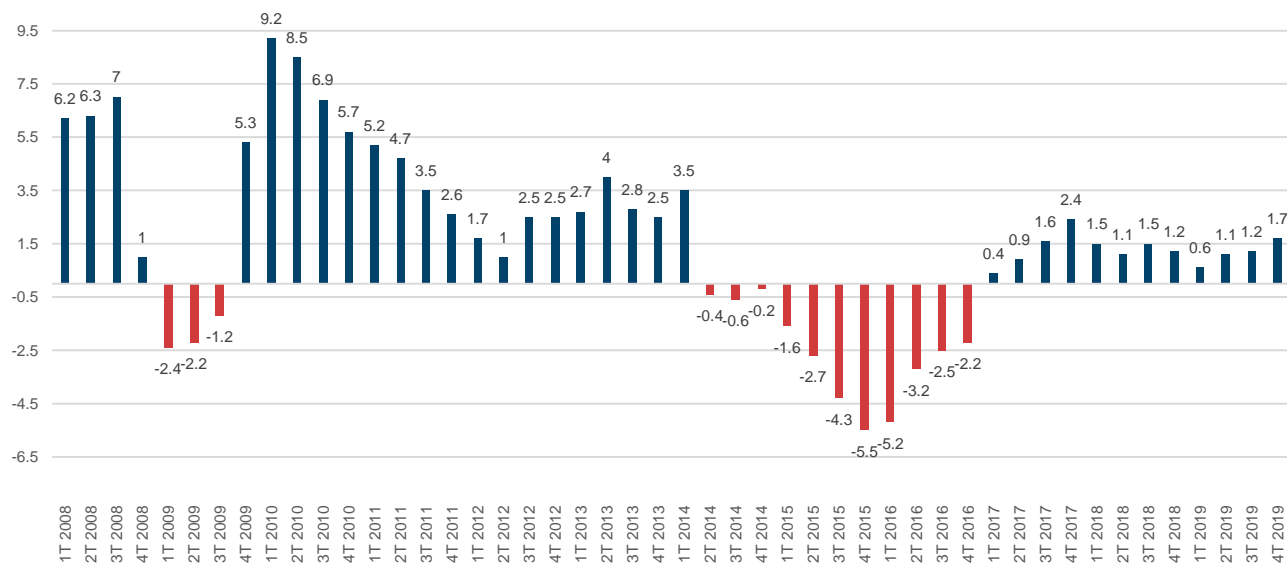
Conselheiro Suplente: André Ribeiro da Rosa

Panorama Econômico de 2019

A trajetória de recuperação da economia brasileira se manteve ao longo de 2019, embora de forma ainda bastante lenta. No início de 2019, a mediana do consenso de mercado, pesquisado semanalmente pelo Banco Central, apontava para um crescimento do PIB ao redor de 2,5%. Isto representava uma aceleração do crescimento em relação a 1,1% de expansão em 2018. No entanto, 2019 mais uma vez fechou com crescimento de apenas 1,1%. Não são resultados que ensejem muita comemoração, mas devemos ressaltar que demonstram que o País conseguiu finalmente sair de uma das maiores recessões da sua história econômica. Não podemos esquecer que entre 2015 e 2016 o PIB do Brasil despencou cerca de 7%!!! A comparação do desempenho do Brasil com o resto do mundo é assustadora. Nesses dois anos o PIB mundial acumulou crescimento de 5,5%. Aliás, mesmo no último ano em que ainda houve crescimento econômico (2014) ele foi pífio, apenas 0,50%. Como a população brasileira cresce à taxa de aproximadamente 0,8% ao ano, o efeito da recessão sobre o PIB per capita foi devastador. Sob a condução da política econômica do governo da Presidente Dilma Rousseff o Brasil simplesmente perdeu a grande oportunidade de se desenvolver, navegando em um dos mais longos períodos de bonança e crescimento da economia mundial.

Embora o desempenho dos últimos três anos não tenha sido um espetáculo, de fato a mudança radical na condução da política econômica, tanto pela equipe do Ministro Henrique Meirelles quanto pela equipe do Ministro Paulo Guedes, conseguiu levar o Brasil a sentar novamente as bases de uma trajetória de crescimento sustentada, em um ambiente de inflação excepcionalmente baixa.

PIB – Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)



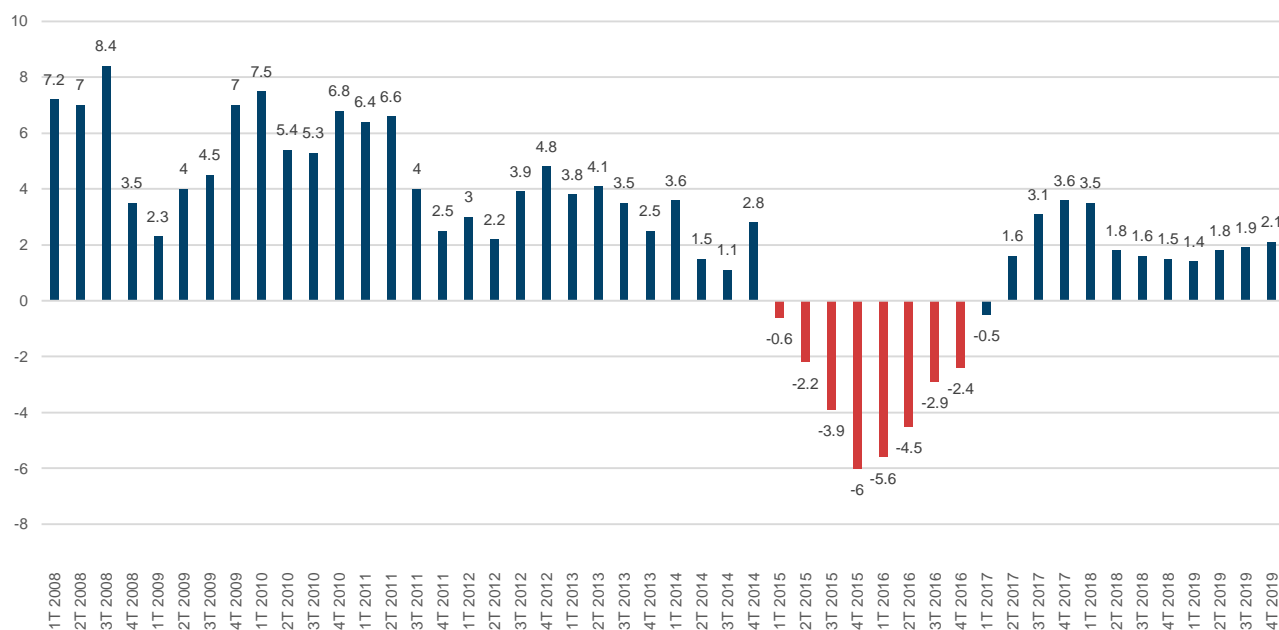
Fonte: IBGE

Como pode ser observado no gráfico acima, a primeira queda do PIB na comparação interanual se

deu já no segundo trimestre de 2014. Foram onze trimestres seguidos de queda do PIB e mais um trimestre de estagnação. Mas já no segundo e terceiro trimestres de 2017 começaram os números positivos e se mantiveram consistentemente positivos.

Em 2019, a cada trimestre, o crescimento foi maior que no trimestre anterior. O PIB fechou 2019 alcançando R\$ 7,3 trilhões e o PIB per capita avançou 0,3%, em termos reais, e alcançou R\$ 34.533 por pessoa. Em termos de consumo das famílias, depois de muito tempo em território negativo, desde o segundo trimestre de 2017, os dados têm sido positivos.

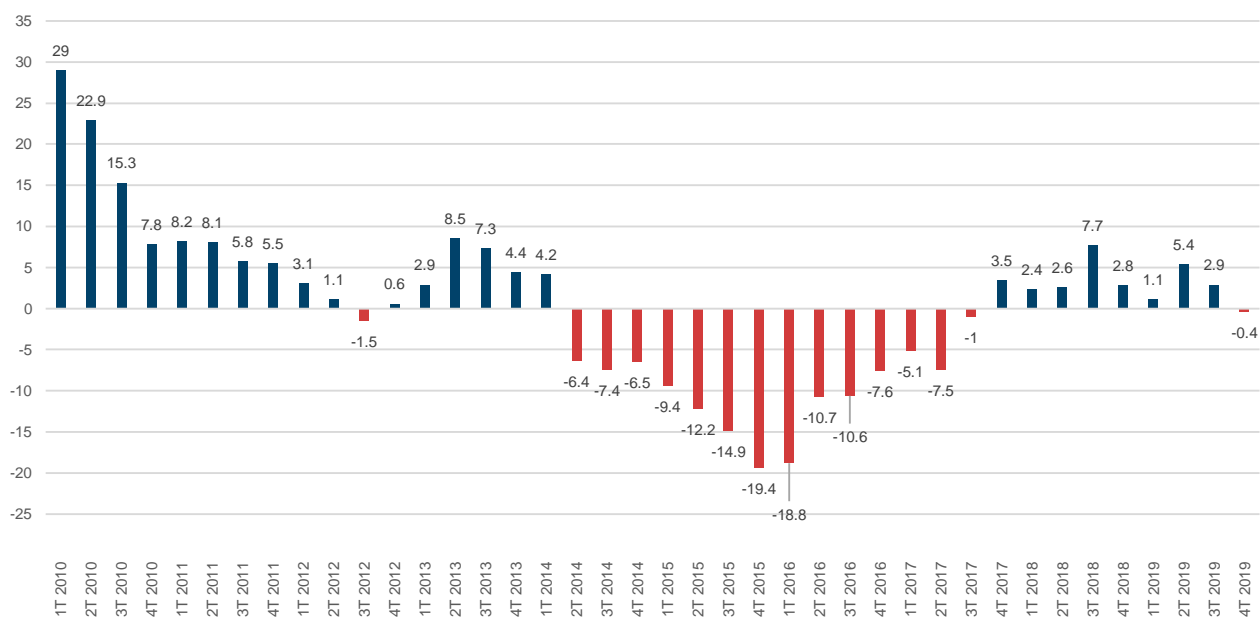
Consumo das Famílias - Anual (%)



Fonte: IBGE

Já o investimento, tão fundamental para assegurar a abertura de novos postos de trabalho, começou a registrar dados positivos a partir do quarto trimestre de 2017, após ter caído 14 trimestres seguidos (!!!) desde o segundo trimestre de 2014. No último trimestre de 2019, entretanto, o investimento voltou ao terreno negativo. E não pode ser atribuído aos efeitos perversos do novo coronavírus, que na época nem se conhecia. Investimento requer rentabilidade, confiança, segurança jurídica e segurança regulatória. A confiança, sobretudo, ficou bastante abalada no último trimestre do ano, tanto pelo aumento da incerteza externa quanto pelo conflito interno entre o Executivo e os demais Poderes. Do ponto de vista externo, devemos apontar os conflitos da administração Trump com a China e com a União Europeia, o ápice das negociações atabalhoadas do Brexit, e as várias manifestações violentas que eclodiram em países vizinhos da América do Sul.

Investimento - Anual



O investimento caiu 14 trimestres seguidos a partir do 2º trimestre de 2014. O 4º trimestre de 2019 apresentou a primeira queda desde então.

Fonte: IBGE

Como se sabe, o PIB é o fluxo anual de bens e serviços em uma economia. Isto é, a soma do que produz a indústria, a agropecuária e os serviços. No ano de 2019, o setor agropecuário e o setor de serviços cresceram ambos à taxa de 1,3%. O setor industrial é que mostrou um desempenho muito fraco. A indústria como um todo, cresceu apenas 0,5%. Mas dentro da indústria, a indústria de transformação e a indústria extrativa mineral apresentaram queda na produção, como mostra a pesquisa específica de Produção Industrial Mensal do IBGE. Após dois anos de crescimento, depois da debacle de 2015 e 2016, em 2019 a produção industrial voltou a cair.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (% ANUAL)

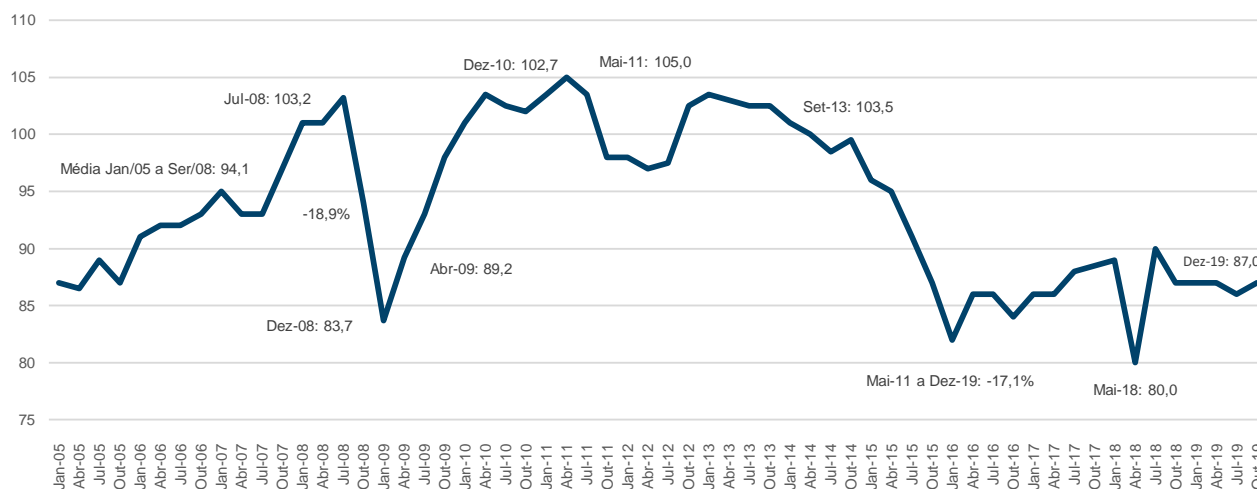
SETORES	2015	2016	2017	2018	2019
Bens de Capital	-25,3	-10,9	6,0	7,4	-0,4
Bens Intermediários	-5,2	-6,3	1,6	0,4	-2,2
Bens de Consumo	-9,4	-6,0	3,2	1,3	1,1
Duráveis	-18,5	-14,7	13,3	7,6	2,0
Não Duráveis e Semi-Duráveis	-6,7	-3,8	0,9	-0,3	0,9
Indústria Geral	-8,3	-6,5	2,5	1,1	-1,1

Fonte: IBGE

Quem salvou o pouco crescimento da Indústria dentro do conceito das Contas Nacionais (PIB) foi o crescimento do setor de Construção Civil, que se expandiu 1,6% em 2019.

De fato, durante a recessão, o setor que foi mais atingido foi a indústria, cujo nível de produção despencou e foi um dos setores que mais desempregou pessoas. Com efeito, o volume de produção industrial em dezembro de 2019 ainda era 17,1% inferior ao pico da série histórica em maio de 2011, como pode ser observado no gráfico embaixo.

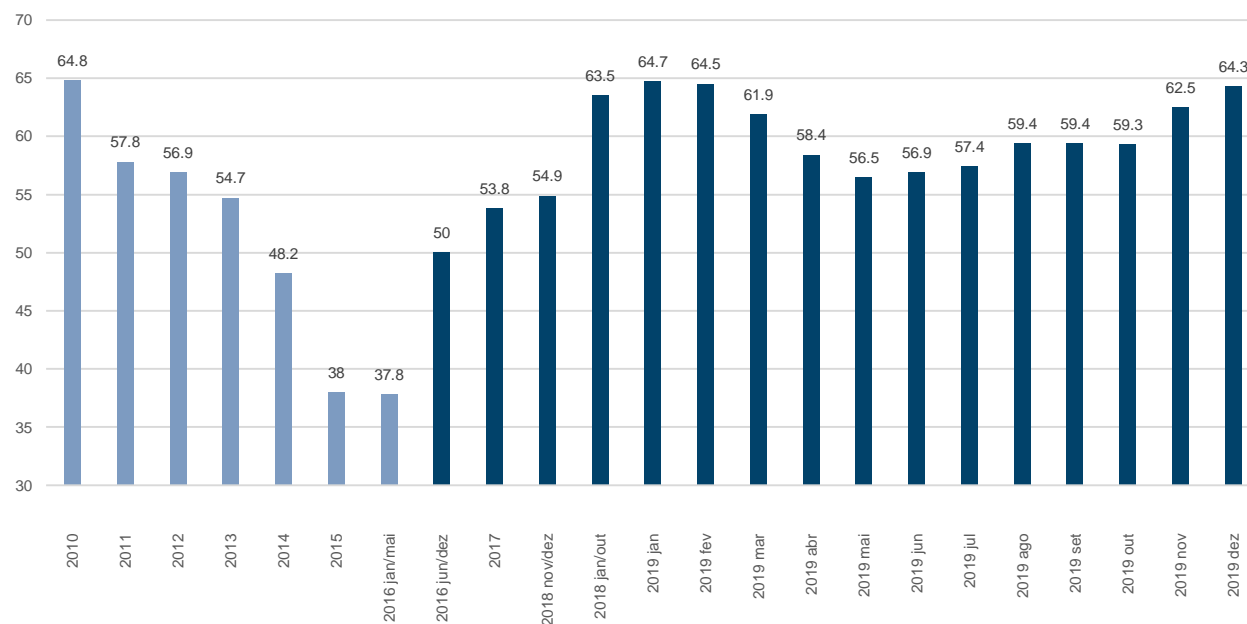
Produção Industrial - Com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE

Embora dados bem mais robustos de produção industrial ainda não se fizeram sentir, a confiança do empresário industrial, pesquisada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria, atingiu máximas históricas em 2019. Principalmente, em função do discurso liberal, da aprovação da reforma da previdência e de propostas de ajustes importantes que tem sido a tônica da narrativa da nova equipe econômica, com a clara intenção de aprofundar os ajustes que já estavam em andamento com a equipe anterior. Agora resta esperar que as reformas continuem seu curso.

Confiança do Empresário Industrial



Média histórica: 54,6. Após 28 meses o índice ficou acima da linha divisória dos 50 pontos em agosto de 2016.

Fonte: Confederação Nacional da Indústria

A taxa de desemprego ainda está muito elevada, mas tem caído de forma sistemática. O recorde histórico foram os 13,7% de desocupados no trimestre móvel acabado em março de 2017. No dado referente a dezembro de 2019, a taxa de desemprego, que registrou 11%, ficou no menor patamar desde o primeiro trimestre de 2016 (10,9%). Entretanto, a população desempregada ainda estava estimada em um elevadíssimo número de 11,6 milhões de pessoas. Estes dados englobam todos os tipos de empregos, incluindo os informais e os que trabalham por conta própria, por exemplo.

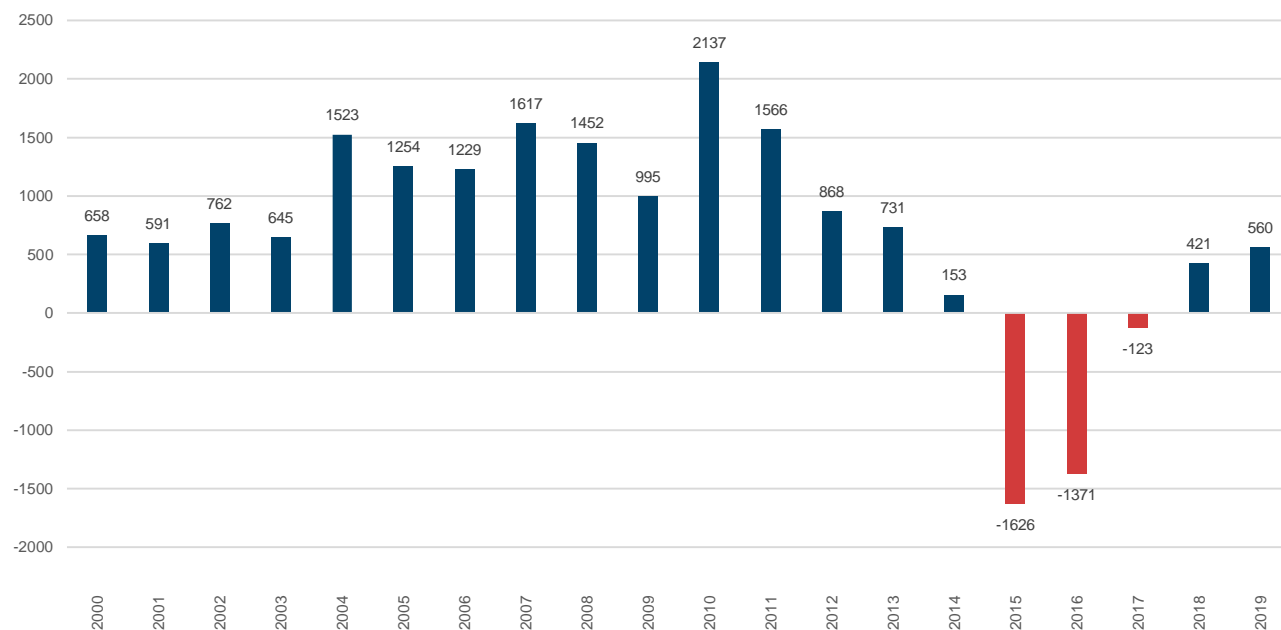
TAXA DE DESOCUPAÇÃO PARA OS TRIMESTRES MÓVEIS AO LONGO DOS ANOS

TRIMESTRE MÓVEL		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1º	nov - dez - jan	...	7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2
2º	dez - jan - fev	...	7,7	6,8	7,4	10,2	13,2	12,6
3º	jan - fev - mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1
4º	fev - mar - abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9
5º	mar - abr - mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7
6º	abr - mai - jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4
7º	mai - jun - jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8	12,3
8º	jun - jul - ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1
9º	jul - ago - set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9
10º	ago - set - out	6,9	6,7	6,6	9,0	11,8	12,2	11,7
11º	set - out - nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0	11,6
12º	out - nov - dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	11,8	11,6

Fonte: IBGE

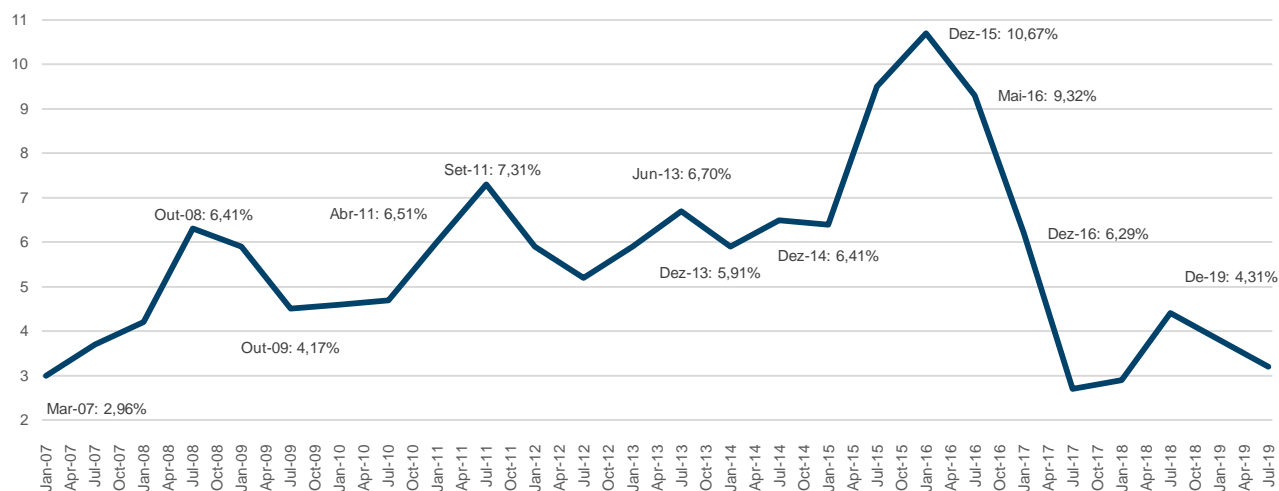
De acordo aos dados do CAGED da Secretaria do Trabalho, que englobam somente as pessoas que trabalham com carteira assinada, o ano de 2019 foi mais um ano positivo em abertura de novos postos de trabalho. Entre 2015 e 2017 tinha havido significativo fechamento de postos de trabalho com carteira assinada. Em 2019 se abriram 560 mil novos postos de trabalho com carteira assinada.

Saldo CAGED Postos de Trabalho (em milhares)



Estabilidade de preços é fundamental para alongar o horizonte da tomada de decisões. Após conseguir derrubar a inflação deixada pela equipe do Banco Central da Presidente Dilma Rousseff, as equipes de Ilan Goldfajn e de Roberto Campos Neto no Banco Central mantiveram a inflação sob estrito controle. Em 2019, a meta central de inflação era de 4,25% com um piso de 2,75% e um teto de 5,75%. O IPCA acabou fechando o ano em 4,31%, pouquinho acima da meta central, mas tinha sido de apenas 2,54% nos doze meses até outubro de 2019. No final do ano, a inflação acelerou por conta dos preços da carne, uma aceleração pontual em função do aumento da demanda mundial da China por conta da gripe suína naquele país.

IPCA 12 meses (%)



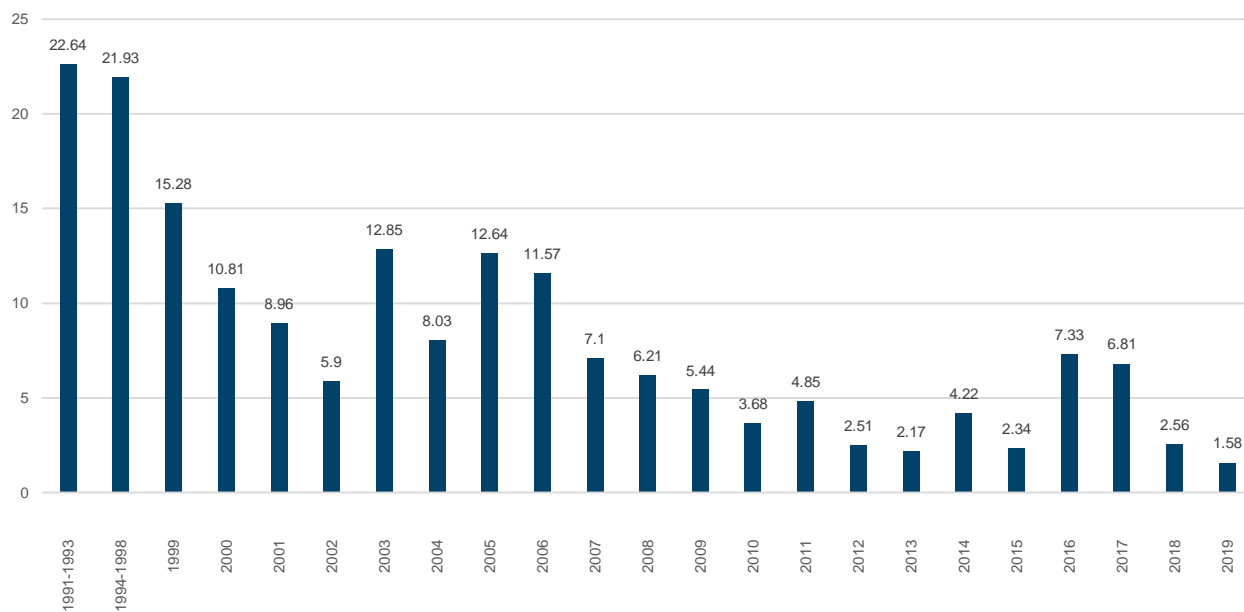
índice de Difusão: 1 Tri-19: 62,1%, 2 Tri-19: 52,9%, 3 Tri-19: 49,5%

Out-19: 59,8%, Nov-19: 55,9%, Dez-19: 58,7%

12 meses - Dez 2019: Preços administrados: 5,53%, Preços livres: 3,88%

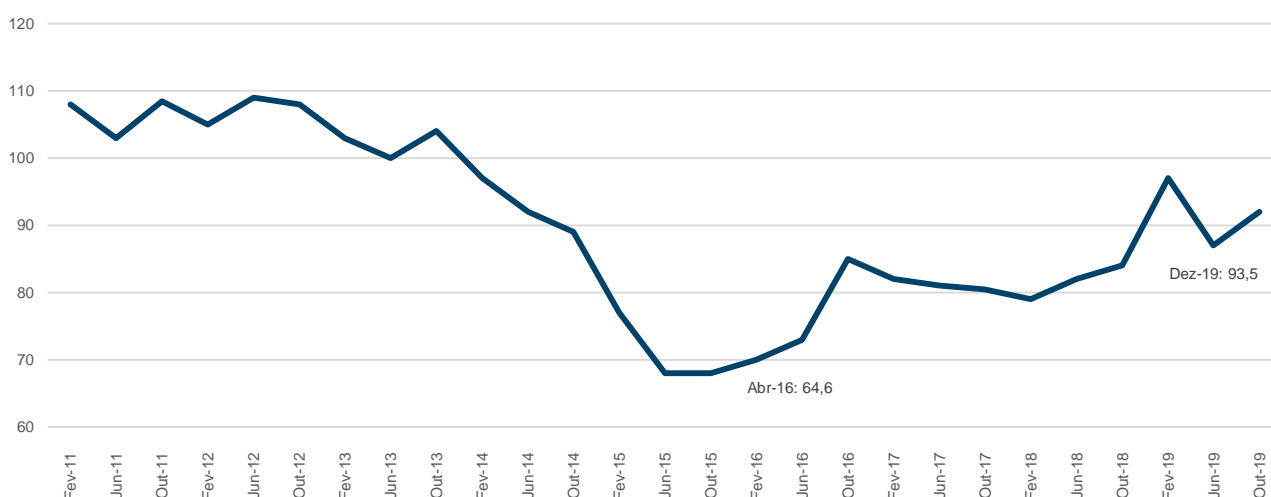
O fato é que o Banco Central está entregando esses resultados muito auspiciosos de inflação baixa em um cenário com a menor taxa de juros Selic da história. A Selic fechou 2018 em 6,50% ao ano e 2019 em 4,50% ao ano. Já nas primeiras duas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central em 2020, a taxa Selic foi reduzida ainda mais, para 3,75% ao ano. A Selic acumulada em 12 meses deflacionada pelo IPCA (taxa de juros real) fechou 2019 em 1,58% ao ano. Em anos anteriores, em que a taxa de juros real foi tão baixa como em 2018 e 2019 foi por voluntarismo político e não porque o Banco Central tinha conseguido alcançar a estabilidade de preços. Justamente a diferença com o momento atual é que a taxa de juros real está baixa porque as condições macroeconômicas o permitem.

Taxa de Juros Real, Ex-Post (%)



A redução do desemprego e a inflação baixa, que mantém o poder de compra das remunerações, se refletiu no aumento da confiança do consumidor.

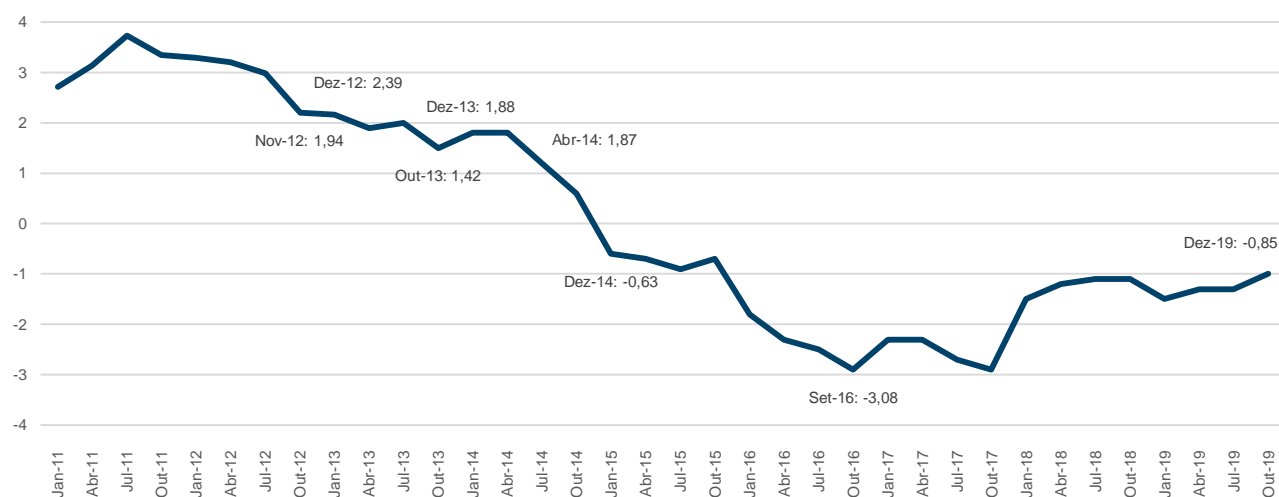
Índice de Confiança do Consumidor



Entre maio (pré-reforma da previdência) e dezembro a confiança do consumidor subiu significativamente: 10%

Como se sabe, o resultado da desastrosa política fiscal adotada pelo governo Dilma Rousseff levou o Brasil a registrar déficits primários nas contas públicas pela primeira vez na história (soma de todas as receitas menos todas as despesas, exceto o pagamento de juros do estoque de dívida). Apesar do esforço fiscal que tem sido feito após esses resultados deletérios, ainda não foi possível reverter esse buraco fiscal, mas pelo menos não se aprofundou. Voltar ao terreno positivo nas contas primárias vai demorar alguns anos, mas o que era necessário mostrar era que existia uma firme convicção que o governo entendia que não podia ter déficits primários para sempre. Não haverá quem os queira financiar. Pela primeira vez na série histórica, houve déficit primário nas contas públicas em 2014. Esse déficit cresceu como bola de neve nos dois anos seguintes. Mas, a partir de 2017, a sangria estancou, e o déficit primário caiu consistentemente. Em 2019, fechou em R\$61,9 bilhões (-0,85% do PIB), em comparação a R\$108,3 bilhões em 2018 (-1,57% do PIB).

Resultado Primário do Setor Público (% do PIB) - 12 Meses



Jan-Dez 2012: R\$ 105 bn (2,39% PIB), Jan-Dez 2013: R\$ 91,3 bn (1,88% PIB), Jan-Dez 2014: -R\$ 32,5 bn (-0,63% PIB)

Jan-Dez 2015: -R\$ 111,2 bn (-1,88% PIB), Jan-Dez 2016: -R\$155,8 bn (-2,49% PIB), Jan-Dez 2017: -R\$110,6 bn (-1,69% PIB)

Jan-Dez 2018: -R\$ 108,3 bn (-1,57% PIB), Jan-Dez 2019: -R\$ 61,9 bn (-0,85% PIB)

Fonte: Banco Central do Brasil

Em termos de um reforço estrutural ao melhor desempenho das contas públicas, é louvável a aprovação da reforma da Previdência em 2019. As estimativas são que a reforma aprovada consiga uma economia de aproximadamente R\$800 bilhões ao longo de 10 anos. Para se ter uma ideia do tamanho comparativo dessa economia, é interessante apontar que a despesa com o Programa Bolsa Família, que atende mais de 50 milhões de pessoas, custa cerca de R\$30 bilhões por ano. A dívida bruta do governo geral passou de 57,2% do PIB em 2014 para 75,8% do PIB em dezembro de 2019. Na falta de superávits primários que consigam pagar os juros da dívida pública, só continuará a crescer. Após a aprovação da reforma da previdência em 2019, houve uma espécie de paralisia na

continuidade de reformas estruturais necessárias. Por enquanto, parece que o Ministro da Economia Paulo Guedes conta com o apoio do Presidente da República para levar adiante essas reformas necessárias no processo de arrumação da casa, para que o Brasil não retroceda anos de novo em termos de investimento, crescimento e criação de empregos. Mas ainda não houve novos avanços até o primeiro trimestre de 2020.

Em suma, todo o cenário estava montado para o Brasil continuar numa trajetória de crescimento sustentado, com a confiança dos empresários industriais e os consumidores em alta. Era, há somente um par de meses atrás, um cenário de bonanza no longo prazo, com inflação sob controle, juros historicamente muito baixos, desemprego em queda e confiança em alta.

O problema é que agora a economia brasileira, como todas as economias do mundo, tem pela frente o enorme desafio de enfrentar as consequências do novo coronavírus, que acabou provocando uma imensa paralisação da atividade econômica na maioria dos países do mundo por um tempo ainda indeterminado. A necessidade de salvar vidas, com medidas restritivas de mobilidade e medidas de isolamento, para combater a expansão do vírus, vem antes de qualquer outra coisa. E, portanto, não há dúvida de que haverá uma grande desaceleração do crescimento do PIB mundial e do PIB do Brasil.

O Brasil se encontra em uma posição bem mais confortável que no passado para enfrentar esta nova grande crise internacional, crise sanitária na verdade. Hoje, o Banco Central conta com reservas internacionais de US\$362,46 bilhões em fins de fevereiro de 2019 e na crise financeira internacional de 2008 contava com US\$197,23 bilhões em outubro daquele ano. Além disso, o Banco Central conta com outras armas para fazer face à crise. E, por fim, embora ainda não tenha sido possível diminuir substancialmente o déficit primário das contas públicas, a trajetória é menor que a bola de neve do passado e está na hora de utilizar política fiscal expansionista, para contrarrestar os efeitos deletérios do confinamento obrigatório sobre o nível de emprego.

Toda crise passa em seu devido tempo, mas não podemos deixar de alertar que o ano 2020 será bem pior que o esperado no início deste ano. A nossa projeção de crescimento do PIB para 2020 passou de expansão de 2,64% há dois meses atrás para queda de no mínimo 1,5%. Mas, ao que tudo indica, este cenário de queda se concentrará no segundo trimestre do ano e talvez no começo do terceiro trimestre, com recuperação sustentada logo após. Já em 2021, com a crise sanitária do COVID-19 controlada, veremos números de crescimento do PIB por volta de 2,5%.



Resultados do Plano de Benefícios dos
Cartórios – Plano CartaPrev em 2019

Demonstrações Contábeis e Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL					BALANÇO PATRIMONIAL				
					R\$ MIL				
		Exercício findo em					Exercício findo em		
ATIVO	Nota	31.12.19	31.12.18	Δ%	PASSIVO	Nota	31.12.19	31.12.18	Δ%
DISPONÍVEL	4	957	517	85%	EXIGÍVEL OPERACIONAL		257	376	-32%
REALIZÁVEL		32.706	28.895	13%	Gestão Previdencial	7	233	10	2172%
Gestão Previdencial		468	373	26%	Gestão Administrativa	8	24	64	-63%
Gestão Administrativa	5	32	31	3%	Investimentos	4	-	302	-100%
Investimentos	6	32.206	28.491	13%	PATRIMÔNIO SOCIAL	9	33.406	29.036	15%
Fundos de Investimento		32.206	28.491	13%	Patrimônio de Cobertura do Plano		32.290	28.070	15%
					Provisões Matemáticas		32.290	28.070	15%
					Benefícios Concedidos		1.353	778	74%
					Benefícios a Conceder		30.937	27.292	13%
					Fundos		1.116	966	16%
					Fundos Administrativos		1.116	966	16%
TOTAL DO ATIVO		33.663	29.412	14%	TOTAL DO PASSIVO		33.663	29.412	14%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.19	31.12.18	Δ%
A) Patrimônio Social – Início do Exercício		29.036	27.575	5%
1. Adições		8.741	7.572	15%
Contribuições Previdenciais	10.1	4.919	4.839	2%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.1	3.370	2.287	47%
Receitas Administrativas		392	405	-3%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	12.2	60	41	46%
2. Destinações		(4.370)	(6.111)	-28%
Benefícios	10.2	(4.069)	(5.834)	-30%
Despesas Administrativas		(301)	(277)	9%
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)		4.370	1.461	199%
Provisões Matemáticas	10.3	4.220	1.292	227%
Fundos Administrativos	11	150	169	-11%
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)		33.406	29.036	15%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.19	31.12.18	Δ%
A) Ativo Líquido - início do exercício		28.070	26.778	5%
1. Adições		8.291	7.131	16%
Contribuições		4.921	4.844	2%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.1	3.370	2.287	47%
2. Destinações		(4.071)	(5.839)	-30%
Benefícios	10.2	(4.069)	(5.834)	-30%
Custeio Administrativo		(2)	(5)	-60%
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)		4.220	1.292	227%
Provisões Matemáticas	10.3	4.220	1.292	227%
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)		32.290	28.070	15%
C) Fundos não previdenciais		150	169	-11%
Fundos Administrativos	11	150	169	-11%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.19	31.12.18	Δ%
1. Ativos		33.639	29.348	15%
Disponível	4	390	-	100%
Recebível		1.584	1.338	18%
Investimento	6	31.665	28.010	13%
Fundos de Investimento		31.665	28.010	13%
2. Obrigações		233	312	-25%
Operacional		233	312	-25%
3. Fundos Não Previdenciais	9	1.116	966	16%
Fundos Administrativos		1.116	966	16%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	9	32.290	28.070	15%
Provisões Matemáticas		32.290	28.070	15%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.19	31.12.18	Δ%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		966	797	21%
1. Custeio da Gestão Administrativa		452	445	2%
1.1. Receitas		452	445	2%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		2	5	-60%
Custeio Administrativo dos Investimentos		124	112	11%
Receitas Diretas		266	287	-7%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	12.2	60	41	46%
2. Despesas Administrativas		(301)	(276)	9%
2.1. Administração Previdencial		(168)	(156)	8%
Treinamentos/congressos e seminários		-	(3)	-100%
Viagens e estadias		(16)	(13)	23%
Serviços de terceiros		(107)	(91)	18%
Despesas gerais		(31)	(34)	-9%
Tributos		(14)	(15)	-7%
2.2. Administração dos Investimentos		(133)	(120)	11%
Serviços de terceiros		(124)	(112)	11%
Tributos		(9)	(8)	13%
6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2)		151	169	-11%
7. Constituição do Fundo Administrativo (6)	11	151	169	-11%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	9	1.116	966	16%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.19	31.12.18	Δ%
Provisões Técnicas (1+4)		32.523	28.382	15%
1. Provisões Matemáticas	9	32.290	28.070	15%
1.1. Benefícios Concedidos		1.353	778	74%
Contribuição Definida		1.353	778	74%
1.2. Benefício a Conceder		30.937	27.292	13%
Contribuição Definida		30.937	27.292	13%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		30.937	27.292	13%
4. Exigível Operacional		233	312	-25%
4.1. Gestão Previdencial	7	233	10	2230%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4	-	302	-100%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CartaPrev - Fundo de Previdência dos Cartórios (anteriormente denominada CNBPrev – Fundo de Previdência dos Cartórios) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, inscrita sob o CNPJ nº 08.966.102/0001-78, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado instituído pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal.

A Entidade é regida por estatuto, pelo regulamento do plano de benefício de contribuição definida (CD) por ela operado e pela legislação em vigor.

Relatório do Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev, inscrito sob o CNPB nº 2007.0014-38, em 31/12/2019, possui 699 participantes ativos (740 em 2018), com média de idade de 49,36 anos, 04 assistidos (03 em 2018), com 73,00 anos de idade e 03 pensionistas com média de idade de 71,67 anos (02 em 2018).

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade CNBPREV - Fundo de Previdência, bem como o estatuto e o regulamento do Plano de Benefícios CartaPrev nos termos da portaria nº 1.095 de 15 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 93 de 16 de maio de 2007.

O CartaPrev tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes, e estabelecer acordos, contratos e convênios com Entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

São instituidores do Plano Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev, o Colégio Notarial do Brasil, a Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG-BR, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do RJ – ANOREG-RJ, o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB, e o Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais – SINOREG/MG.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução BACEN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 e alterações posteriores, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Cartaprev apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

De acordo com a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

I. Balanço Patrimonial;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS;

Este demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;

Tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

IV. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, demonstrando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.1. As principais práticas adotadas pela Entidade emanam das Resoluções CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores, e encontram-se resumidas a seguir:

2.1.1 A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

2.1.2 As práticas contábeis aplicadas em 2019 estão de modo uniforme em relação a 2018.

2.1.3 Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribuições de participantes vinculados ao plano instituído são escrituradas com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o Art. 10 § 1º da Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018.

2.1.4 Realizável

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

2.1.5 Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da entidade foram estabelecidos pela Resolução BACEN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 e alterações posteriores. Nos termos da Resolução CNPC Nº 29 de 13 de abril de 2018, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários podem ser classificados em Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

A entidade possui apenas títulos para negociação contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.

2.1.6 Exigível Operacional:

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

2.1.7 Operações Administrativas

Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios previdenciais, custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

2.1.8 Provisões Matemáticas

O plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

2.1.9 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Na entidade não houve movimentações com estas características no período correspondente a esta demonstração.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

- 3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- 3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
- 3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da entidade.

4. ATIVO – DISPONÍVEL

A denominação “disponível” é utilizada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, referente às contas correntes é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Banco	957	215
Bradesco- ag.:3341 c.c.: 11934-2	789	134
Brasil - ag.:0314 c.c.: 20290-8	168	81
Total do Disponível	957	215

Disponível	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Plano de Benefícios ⁽¹⁾	390	(302)
Plano de Gestão Administrativa	567	517
Total	957	215

⁽¹⁾ O valor (302) está em uma conta relacionada ao disponível no passivo dentro do grupo Investimento.

5. ATIVO REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

O valor de R\$ 32 (Em 2018, R\$ 31), refere-se aos recebíveis da Gestão Administrativa, representado principalmente pelo custeio administrativo do Plano para o PGA, com registro correspondente no passivo da Gestão Previdencial; ao pró-labore concernente as contribuições de risco junto a seguradora que administra a cobertura de morte e invalidez; e a tributos a compensar.

6. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução BACEN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 e suas alterações posteriores, que dispõem sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das Entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos do plano de benefícios no ano de 2019 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua reunião ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 28 de fevereiro de 2019.

b) Controle de Riscos

No âmbito da política de investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional/legal. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações nos preços e cotações dos títulos. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido. Enquanto o risco de liquidez se refere a possibilidade de não haver recursos suficientes para o pagamento de alguma obrigação ou não conseguir transformar ativos em caixa. Por fim, o risco operacional/legal está relacionado à falha de execução das atividades e ao descumprimento das regras aplicáveis.

➤ Monitoramentos dos riscos

Risco de mercado: para cada segmento descrito na Política de Investimentos é utilizado uma métrica de risco limitando a atuação do gestor, de forma a minimizar o risco.

Risco de crédito: na Política de Investimentos é descrito o percentual que pode ser alocado para cada tipo de título, sendo dividido entre alto ou baixo risco, inclusive utilizando uma política mais conservadora do que as agências de rating internacionais.

Risco de liquidez: como forma de minimizar esse risco é definido na Política de Investimentos um percentual de ativos que devem ser mantidos para liquidez imediata.

Risco operacional/legal: o administrador fiduciário é o encarregado pelo monitoramento da aderência das ativos em relação às legislações aplicáveis.

c) Gestão de Investimentos

A Entidade, em 31/12/2019, possuía quotas do Fundo de Investimentos Icatu Vanguarda FIC de FIM Previdência Associativa, com a carteira (proporcional à sua participação) abaixo discriminada:

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Renda Fixa		
ICATU VANGUARDA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	8.604	4.118
ICATU VANGUARDA GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	1.603	6.987
ICATU VANGUARDA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO PLUS LONGO PRAZO	2.039	1.551
ICATU VANGUARDA MACRO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	4.305	2.673
ICATU VANGUARDA FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INFLAÇÃO CURTA RENDA FIXA	8.170	2.811
ICATU VANGUARDA FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO INFLAÇÃO LONGA RENDA FIXA	2.118	1.428
ICATU VANGUARDA ESTRATÉGIA FI MULTIMERCADO	1.522	2.880
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - NTN-F	266	-
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - LFT-O	-	428
Contas A Pagar / Receber	73	205
Saldo em Tesouraria	10	10
Renda Variável		
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	741	2.598
ICATU VANGUARDA AÇÕES IBX FUNDO DE INVESTIMENTO	2.755	2.802
TOTAL	32.206	28.491

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Investimentos	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Plano de Benefícios	31.665	28.010
Fundos de Investimentos	31.665	28.010
Plano de Gestão Administrativa	541	481
Fundos de Investimentos	541	481
Total	32.206	28.491

7. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pelo plano de benefícios com terceiros relativos a Gestão Previdencial, incluindo o repasse do custeio administrativo e retenção de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre resgates e benefícios.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Benefícios a pagar	138	-
Rendas e Resgates	138	-
Retenções a recolher	31	-
IRRF	31	-
Outras Exigibilidades	64	10
Repasse de Risco para a Seguradora	53	-
Repasses e outros custeios	11	10
Total	233	10

8. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pela entidade relativa à Gestão Administrativa, assim como fornecedores ainda não liquidados, impostos a recolher, dentre outros.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Fornecedores	21	9
Icatu Administração Previdenciária	10	9
Fornecedores Diversos	11	-
Retenções a Recolher	1	1
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	1	1
Tributos a Recolher	2	2
PIS/COFINS sobre receitas administrativas ⁽¹⁾	2	2
Outras Exigibilidades	-	52
Valores a devolver ⁽²⁾	-	52
Total	24	64

⁽¹⁾ A entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas.

⁽²⁾ Valor recebido não identificado.

9. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano, apresenta a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Plano de Benefícios		
Patrimônio de Cobertura do Plano	32.290	28.070
Provisões Matemáticas	32.290	28.070
Benefícios Concedidos	1.353	778
Benefícios a Conceder	30.937	27.292
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos	1.116	966
Administrativos	1.116	966
Total Patrimônio Social Consolidado	33.406	29.036

9.1. Premissas e Hipóteses Atuariais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 F	AT2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT2000 F	AT2000 F
Hipóteses sobre taxa de juros % *	0,00%	0,00%

Conforme a Instrução Previc nº 20/2019, excepcionalmente para o exercício de 31/12/2019, este plano, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, com saldos contábeis nulos nas contas "Benefício Definido" do grupo de contas das provisões matemáticas, está dispensado do envio das Demonstrações Atuariais – DA.

Essas hipóteses não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, quando de sua concessão e em seu recálculo anual com base no saldo de conta remanescente, enquanto este existir. Sendo assim, optou-se pela manutenção das premissas até que seja necessário novo estudo.

10. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

10.1. As receitas previdenciais totalizaram no ano R\$ 4.919 (em 2018, R\$ 4.839).

10.2. As despesas de benefícios dos assistidos totalizaram no ano R\$ 4.069 (em 2018, R\$ 5.834).

10.3. As variações líquidas das Provisões Matemáticas foram impactadas com resultados dos investimentos líquidos e contribuições realizadas para o plano, deduzidos dos pagamentos de benefícios, totalizaram no ano:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Benefícios Concedidos	575	(33)
Benefícios a Conceder	3.645	1.325
Total Constituições das Provisões Matemáticas	4.220	1.292

11. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

As movimentações ocorridas na Gestão Administrativa resultaram, em 2019, na constituição de Fundo Administrativo de R\$ 150 (2018, R\$ 169).

12. CONTAS DE RESULTADOS - INVESTIMENTOS

12.1. Plano de Benefícios

O resultado líquido das aplicações dos investimentos, no ano, foi positivo de R\$ 3.370 (em 2018, positivo de R\$ 2.287) e foi transferido para a Gestão Previdencial por meio dos Fluxos dos Investimentos.

12.2. Plano de Gestão Administrativa

O resultado líquido das aplicações dos investimentos, no ano, foi positivo de R\$ 60 (em 2018, positivo em R\$ 41) e foi transferido para a Gestão Administrativa por meio dos Fluxos dos Investimentos.

Marcos Celio Santos Nogueira

Contador

CPF: 991.742.787-20

CRC/RJ : 089.351/O-8

Luiz Carlos Weizenmann

Diretor Presidente

CPF: 257.434.900-82

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros, Administradores, Participantes e Patrocinadoras
CartaPrev - Fundo de Previdência dos Cartórios
Brasília – DF

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da CartaPrev - Fundo de Previdência dos Cartórios (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CartaPrev - Fundo de Previdência dos Cartórios, em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 06 de março de 2020.



GF AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo
Contador CRC 1SP 216678/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do CartaPrev – Fundo de Previdência dos Cartórios, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 38 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 18 de março de 2020, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2019, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do CartaPrev – Fundo de Previdência dos Cartórios.

Brasília, 18 de março de 2020

Danilo Alceu Kunzler

Presidente do Conselho Fiscal

Manifestação do Conselho Deliberativo

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado do CartaPrev referente ao exercício de 2019:

Em reunião de 18 de março de 2020, o Conselho Deliberativo do Fundo de Previdência dos Cartórios - CARTAPREV, no uso das competências de que trata Art. 28 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado do CartaPrev, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários do CartaPrev e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2019.

Brasília, 18 de março de 2020

Paulo Roberto Gaiger Ferreira

Presidente do Conselho Deliberativo

Despesas Administrativas e com Investimentos do Plano

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2019	
(R\$ Mil)	362	100,00%
Despesas Diretas	301	83,15%
Viagens e Estadias	16	4,42%
Administradora de Planos	205	56,63%
Auditoria Externa	25	6,91%
Consultoria Jurídica	1	0,28%
PIS/COFINS	21	5,80%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	2	0,55%
Tarifas Bancárias	21	5,80%
Associações de Classe	9	2,49%
Certificação de classe	1	0,28%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	61	16,85%
Taxa de Administração	50	13,81%
Despesa com Auditoria	3	0,83%
CVM	6	1,66%
ANBID	2	0,55%

Informações Referentes ao Estatuto Social da Entidade e do Regulamento do Plano

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração do Regulamento do Plano em 2019.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site <http://cartaprev.org.br/> nas opções Portal da Transparência → Informações → Estatuto e Regulamento.

Informações Referentes à Política de Investimentos

PLANO DE PREVIDÊNCIA DOS CARTÓRIOS CARTAPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2019

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

13/12/2018

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Luiz Carlos Weizenmann

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1 RISCO DE CRÉDITO

O Icatu Fundos de Pensão utilizará as agências classificadoras S&P, Moody's e Fitch para a definição do risco de crédito da carteira de investimentos. Como referência, vale a mais baixa ou a única classificação, não valendo ainda classificações feitas por agências diferentes das mencionadas. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, a mesma será considerada automaticamente como de alto risco de crédito e caberá ao gestor a decisão de compra baseado na análise do crédito do ativo e dos limites definidos nesta política para ativos de alto risco de crédito:

2.2 TABELA DE RISCO DE CRÉDITO

CLASSIFICAÇÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo Risco	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-
Alto Risco	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

A alocação em ativos classificados como baixo risco de crédito, incluindo os títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, conforme critério definido nesta política, será de até o percentual máximo de aplicação no segmento de renda fixa determinado na tabela de macroalocação.

A alocação em ativos de renda fixa classificados como alto risco de crédito, conforme critério definido nesta política, será até 05% dos recursos garantidores do plano de benefícios.

A exposição a ativos classificados como Alto Risco de Crédito será tolerada, dentro dos limites estabelecidos, caso o Plano já tenha exposição anterior a entrada em vigor desta Política, ou no caso de alguma emissão ter sua classificação alterada durante a vigência desta Política.

Os títulos de crédito privado neste segmento devem verificar necessariamente os seguintes limites:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO VALOR DA EMISSÃO	MOODYS	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	SUBSEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO	META DE RENTABILIDADE
	TOTAL SEGMENTO RF		65%	100%	80%	
Renda Fixa	Título Público Pré-fixado	IRF-M	0%	25%	0%	IRF-M
	Título Público Pós-fixado	IMA-S	20%	100%	35%	IMA-S
	Título Público Inflação Curta	IMA-B 5	0%	30%	10%	IMA-B 5
	Título Público Inflação Longa	IMA-B 5+	0%	15%	5%	IMA-B 5+
	Crédito Privado	CDI	0%	50%	30%	CDI
Renda Variável	TOTAL SEGMENTO RV	IBRX	0%	20%	10%	IBRX
Investimentos Estruturados	TOTAL SEGMENTO INV. EST.		0%	15%	10%	
	Fundo de Investimento Multimercado CVM	CDI	0%	15%	10%	CDI

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2019 foi marcado pela continuidade do processo de desaceleração da atividade econômica global iniciado em 2018, combinado ao ambiente de elevação dos riscos relacionados à guerra comercial entre Estados Unidos e China, que levantaram dúvidas sobre uma possível recessão global. Este cenário levou os bancos centrais das principais economias desenvolvidas a mudarem o rumo da política monetária e adotarem uma postura mais acomodativa de forma a dar estímulos à economia, o que contribuiu para um relevante afrouxamento das condições financeiras ao longo do ano. O ambiente de juros e inflação baixos se tornou favorável a países emergentes, que seguiram o movimento e também iniciaram processos de cortes de suas taxas de juros.

Os riscos relacionados a um maior enfraquecimento da economia global e ao acirramento da guerra comercial e de outras tensões geopolíticas, como o Brexit, apesar de terem sido reduzidos no final do ano, o que levou à diminuição da aversão ao risco, permanecem no radar e mantêm o nível de incerteza elevado para o próximo ano. Soma-se a isso a eleição presidencial americana do ano que vem, que já começa a trazer ruídos. Os países emergentes devem apresentar crescimento maior que os desenvolvidos, que possuem pouco espaço para cortes de juros, o que aumenta cada vez mais as chances de necessitarem utilizar instrumentos fiscais para estimular a economia.

No Brasil, as expectativas de crescimento foram frustradas no início do ano e alguns eventos dificultaram ainda mais a retomada da atividade. A tragédia de Brumadinho e o cenário externo de desaceleração contribuíram com a fraqueza da Indústria. Os fundamentos do consumo também não foram capazes de dar o suporte esperado. A liberação de bilhões de reais das contas do FGTS, no entanto, deu impulso à economia e levou as expectativas de crescimento do PIB novamente para perto de 1%. O crédito manteve crescimento satisfatório, mas a recuperação do mercado de trabalho está sendo muito gradual. Essa letargia tem mantido o nível de ociosidade bastante elevado, o que não gera pressões inflacionárias. A inflação permaneceu baixa ao longo do ano e as expectativas ancoradas, o que permitiu ao Banco Central iniciar um ciclo de corte de juros que levou a Selic ao menor nível histórico.

A aprovação da Reforma da previdência no congresso foi um marco histórico e representa um importante passo na tentativa da equipe econômica do governo de garantir a sustentabilidade fiscal do país, além de abrir portas para outras reformas que têm potencial de promover alívio nas contas públicas, incentivar contratações, aumentar a produtividade e alavancar investimentos.

Abaixo apresentamos o nosso cenário de referência para as principais variáveis econômicas.

Indicadores	2019
PIB - %	2,60%
US\$ final - R\$	3,60%
IGPM - %	4,70%
IPCA - %	4,00%
SELIC Fim de Período - %	8,50%
SELIC Média - %	7,32%
Bolsa - %	11,00%

Fonte: Icatu Fundo de Pensão (Data Base 11 /2018)

Na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, é possível a utilização de cenários de curto prazo para fazer micro alocações (escolha de estratégias ou ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa e etc.) e para fazer alocação tática nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior, dentro dos limites aprovados.

Relatório Resumo das Informações do Demonstrativo de Investimentos

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O CartaPrev acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da relação Retorno x Risco tolerado da carteira e a mitigação de riscos inerentes ao processo de gestão de recursos.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos nas carteiras, desde que de acordo com os limites, vedações, definições, regras, restrições e procedimentos descritos pelas legislações vigentes e na Política de Investimentos deste Plano de Benefícios ao qual a carteira é destinada.

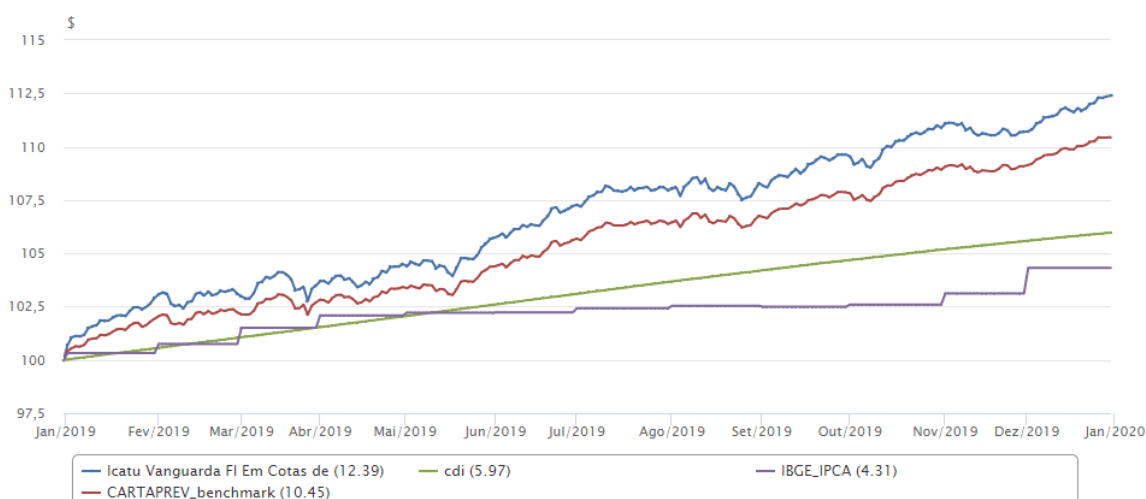
Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Em 31/12/2019 os recursos do Plano de Benefícios estavam aplicados no Fundo Icatu Vanguarda FIC FIM Previdência Associativa, cuja macroalocação está descrita conforme o quadro abaixo (valores em milhares de reais):

SEGMENTO	Exercício findo em			
	31.12.19		31.12.18	
	VALOR	%	VALOR	%
Renda Fixa	28.710	89%	23.091	81%
Renda Variável	3.496	11%	5.400	19%
TOTAL	32.206	100%	28.491	100%

RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/19 A DEZ/19

Período de análise: 31/12/2018 a 31/12/2019



Os recursos da entidade estão alocados no Fundo Icatu Vanguarda FIC FIM Previdência Associativa, que teve uma rentabilidade líquida de 12,39% em 2019.

Glossário

Balanco Patrimonial: Demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da EFPC em determinada data.

Conselho Deliberativo: Responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios.

Conselho Fiscal: Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria-Executiva.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: Radiografia das aplicações financeiras dos planos de benefícios feitas mensalmente pela EFPC, mas cuja divulgação para participantes e assistidos deve ser anual e integra o Relatório Anual.

Diretoria Executiva: Responsável pela administração da EFPC e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. São regidos por um regulamento e têm na assembleia geral dos cotistas o seu mecanismo básico de decisões.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: Comentário incluído nas demonstrações financeiras, que visa explicar mais detalhadamente as atividades operacionais, a situação contábil, ou outros fatos financeiros considerados relevantes.

Relatório do Auditor Independente: o Relatório do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

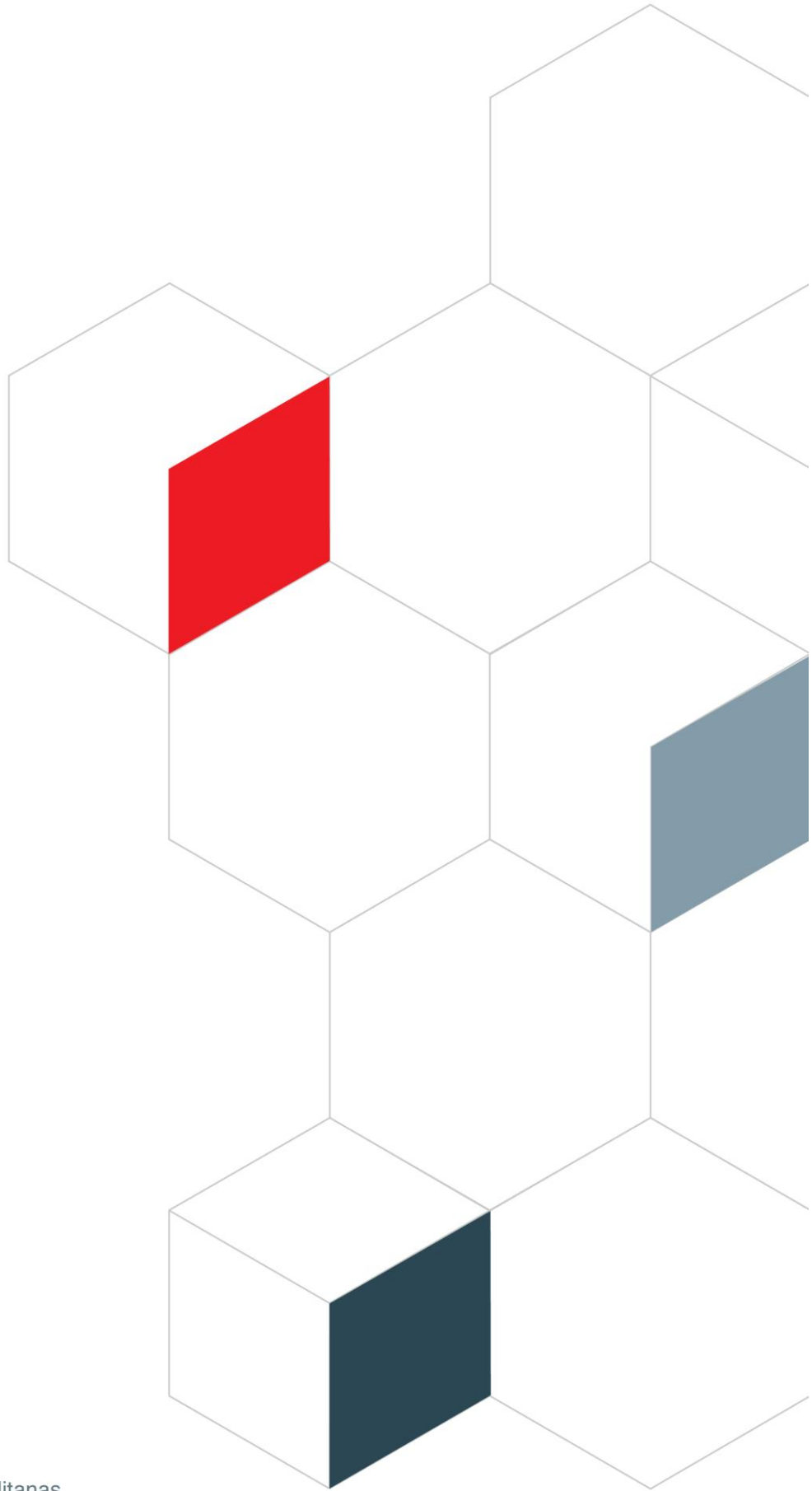
Parecer Atuarial: Documento elaborado pelo atuário no qual certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do plano em determinada data, expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano ou qualquer outro assunto inerente a sua competência.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores do Plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual de Informações: Documento elaborado para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do plano.



CartaPrev

FALE CONOSCO

4002 0606 Capitais e regiões metropolitanas

0800 284 0606 Demais localidades

www.cartaprev.org.br